



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Suspende as inscrições de débitos das microempresas e empresas de pequeno porte no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarado em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2).



SF/21785.67527-59

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Enquanto vigente o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarado em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2), ficam suspensas as inscrições de débitos das microempresas e empresas de pequeno porte no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), instituído pela Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10. 522 , de 19 de julho de 2002, cria em seu art. 1º, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN). Trata-se de um banco de dados no qual são inscritos os débitos de pessoas físicas e jurídicas junto aos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta.

Assim, no que concerne ao Cadin, é mister mencionar que as microempresas e empresas de pequeno porte estão entre as mais afetadas pelos efeitos da pandemia da Covid-19. Por motivos alheios à sua vontade, esses empresários deixaram de operar suas atividades econômicas, de



perceber as suas receitas e, conseqüentemente, não conseguem arcar com os pagamentos dos tributos federais. Disso, pode resultar o seu cadastramento no Cadin. Esse cadastramento inviabiliza a continuidade de seu negócio, dado que nenhuma instituição financeira aprova empréstimo para qualquer empresário com inscrição naquele cadastro. Com isso, resulta mais difícil ter acesso ao crédito. A questão que se impõe é como manter seus negócios sem capital de giro. Como se depreende, inicia-se um círculo vicioso.

Conforme levantamento realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), 92% das microempresas e empresas de pequeno porte têm dívidas em mora em decorrência da queda no faturamento causada pela pandemia da Covid-19. Por outro lado, dentre aquelas empresas com os pagamentos em dia, esse percentual cai para 73%.

A pesquisa – divulgada em 31 de março de 2021 – mostra que as empresas com dívidas em atraso foram as que mais apresentaram piora do faturamento em 2020, em comparação a 2019. Nesse grupo, 79% contabilizaram faturamento anual pior do que o de 2019. Entre as empresas inadimplentes, esse número cai para 59%.

As dívidas em atraso concorrem para uma maior recusa dos bancos na concessão de empréstimo. Desse modo, dentre os donos de pequenos negócios com pagamentos em dia, 58% lograram êxito na tentativa, mas entre aqueles empreendedores inadimplentes somente 25% obtiveram o empréstimo.

Os dados referidos anteriormente ganham maior relevância à luz do tamanho da participação de micro e pequenas empresas (MPEs) na economia nacional: segundo o próprio Sebrae e a FGV, em pesquisa publicada em 8 de abril de 2020, elas respondiam por cerca de 30% do valor adicionado ao Produto Interno Bruto brasileiro.

Diante das circunstâncias pandêmicas, de duração ainda incerta, a sobrevivência das MPEs inadimplentes requer a suspensão das inscrições de seus débitos no Cadin, de modo a lhes permitir o equilíbrio dos seus balanços contábeis – já comprometidos pela vertiginosa e duradoura queda na demanda. Somente, dessa maneira, elas poderiam retomar o acesso ao





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

crédito, fundamental para conferir liquidez a suas atividades econômicas, mormente na crise ora enfrentada.

São essas as razões que nos levam a apresentar esta proposição, para cujo acolhimento contamos com o apoio dos distintos Pares.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



SF/21785.67527-59